

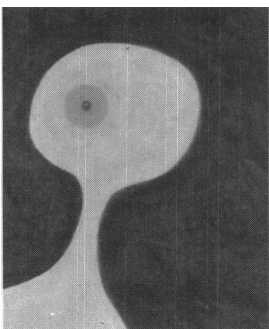
A Psicologia (e os Psicólogos) Que Temos e a Psicologia Que Queremos:

Reflexões a Partir das Propostas de Diretrizes Curriculares (MEC/SESU) para os Cursos de Graduação em Psicologia.

Desde 1994, o corpo docente da Escola de Psicologia, da Universidade Católica de Pelotas (RS), vem desenvolvendo sistemáticas discussões a fim de elaborar o Projeto Político-pedagógico do curso.

Durante este processo, a partir da proposta da Comissão de Especialistas no Ensino da Psicologia, testemunhamos e acompanhamos uma mobilização, sem precedentes, no sentido de propor uma orientação generalista para a formação do psicólogo, a qual converge com nossos anseios.

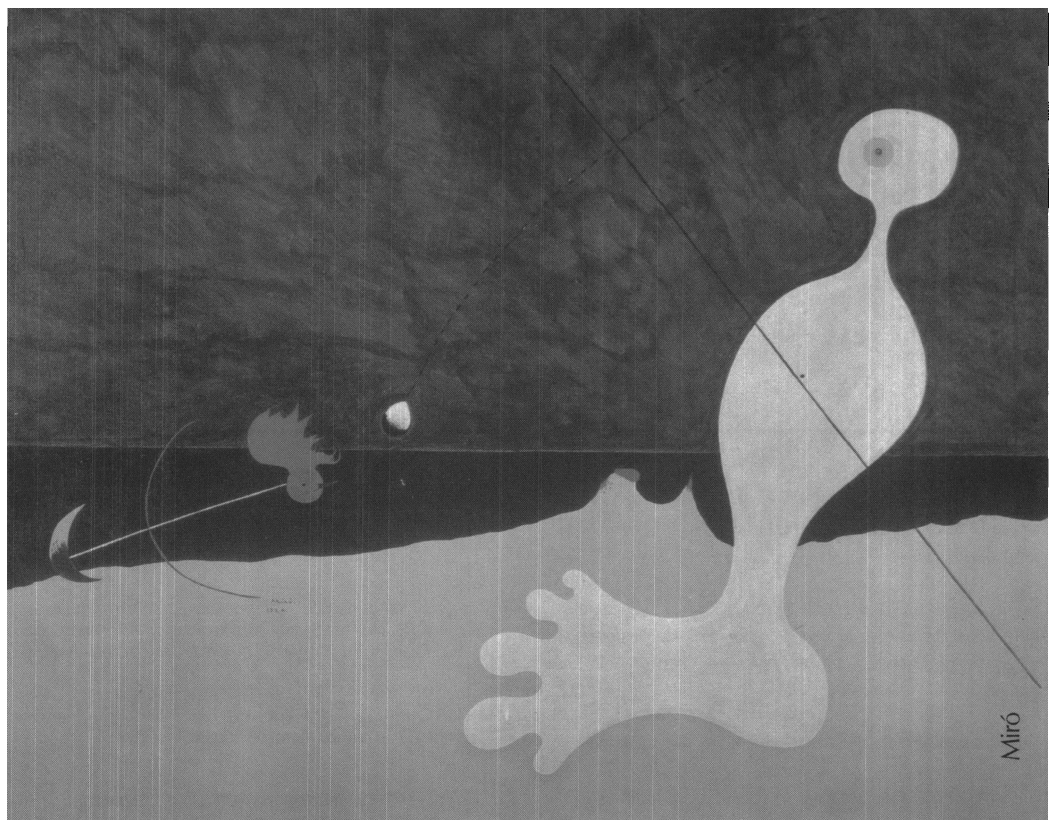
O presente artigo é fruto das reflexões suscitadas neste processo e representa uma contribuição para esse debate, na medida em que, nele me insiro duplamente implicada: enquanto psicóloga e docente da área da Psicologia.



Eliana Perez

Gonçalves de Moura

Psicóloga, Mestre em Psicologia Social e Personalidade, Docente da Escola de Psicologia-UC Pel.



A Comissão de Especialistas no Ensino da Psicologia, constituída pelo MEC/SESU a partir do Edital 04/97, ao elaborar a sua proposta de diretrizes curriculares para os cursos de graduação, inadvertidamente, promoveu um amplo, produtivo e necessário debate tanto no âmbito dos cursos de formação em Psicologia, quanto no âmbito das entidades de representação dos psicólogos, em geral.

Como resultado das mobilizações, destaca-se a articulação e convergência em torno da opção por uma formação generalista. Nesta, o objetivo será formar psicólogos-cidadãos comprometidos com a realidade social, atuando enquanto agentes de transformação, na direção da construção de uma sociedade mais justa e democrática. Para tal, propugna-se uma formação que propicie e favoreça a preparação de profissionais que reflitam e critiquem, amplamente, suas práticas.

Em razão desse momento pretendo, neste artigo, inicialmente, refletir sobre a Psicologia e os psicólogos que temos produzido até agora para, em seguida, discorrer a respeito dos desafios que se impõem no empreendimento de construir um novo modelo de prática profissional.

A Psicologia (e os Psicólogos) Que Temos

É inegável que a psicologia, em pouco mais de um século de existência, produziu um grande volume de “conhecimento científico” acerca da natureza humana. O alcance dessa acumulação de conhecimentos, evidencia-se na ampliação dos espaços de inserção conquistados, nesse período. Em quase todas as situações da vida cotidiana este conhecimento contribui (ou pode contribuir) para a promoção de modos de vida mais saudáveis. Não obstante, recentemente, pode-se observar que a Psicologia vem enfrentando uma séria crise, na qual, muitas de suas práticas e âmbitos de atuação vêm sendo severamente questionados. Por de trás desta crise, esconde-se uma questão fundamental: para que servem a Psicologia e os psicólogos?

A fim de compreender a crise pela qual a Psicologia atravessa, deve-se assinalar que,

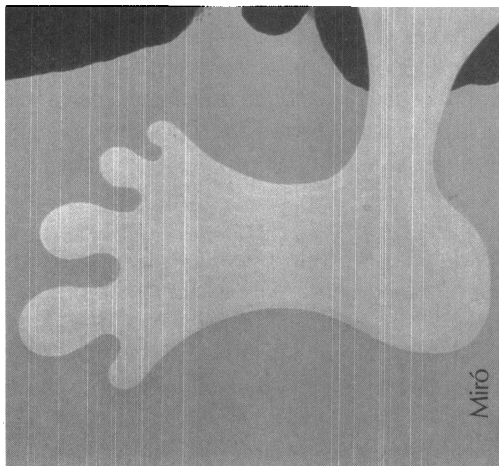
tradicionalmente, a prática empreendida pelos psicólogos, têm privilegiado uma perspectiva de análise e de intervenção no âmbito do estritamente individual. Nesta, buscam-se explicações individuais (intra psíquicas) para as mais diferentes facetas da existência humana, diagnosticando-os “adaptadas” ou “desadaptadas”, segundo o modelo estabelecido como “padrão normal”. Chamo a atenção para o caráter autoritário que se encerra neste modelo, na medida em que acaba, de acordo com Fonseca (1998), naturalizando:

“a realidade psicológica e social, mascarando o papel que desempenham certas práticas humanas na construção dessa realidade, sugerindo, por exemplo, a existência de certos padrões de normalidade psicológica marcados pela própria natureza e aos quais devemos nos conformar e adequar” (p. 45).

Evidencia-se, nesta perspectiva, a presença da dicotomia “normal/patológico” a nortear tanto a análise e interpretação dos fatos quanto a forma de neles intervir. Sob esta modalidade teórico-metodológica, a prática profissional do psicólogo consagrou-se como uma importante ferramenta de adequação e ajustamento do homem ao contexto, conferindo-lhe um estatuto de neutralidade e estabilidade. Em práticas desta natureza, subjaz uma concepção de homem a-histórico (regulado por leis “naturais”, responsáveis por produzir homens mais ou menos comprometidos, do ponto de vista psicopatológico) amparada no mito da universalidade do psicológico, o qual “significaria aceitar que todos os indivíduos se afligem, se emocionam, reagem, etc., da mesma forma em qualquer época e lugar” (Silva, 1992, p. 33).

Não cabe, no contexto deste artigo, buscar a gênese histórica desta tradição, no entanto, basta recordar a influência das ciências físicas e biológicas a fim de compreender a grande (senão total) ausência da dimensão social na concepção da Psicologia a respeito de seu objeto de estudo. A Psicologia, de acordo com Fonseca (1998), ao esforçar-se para “colocar-se como ciência e não filosofia, desvincula-se de sua longa história com a

filosofia” e acaba adotando uma postura subsidiária “do modelo de racionalidade das ciências naturais” (p. 42). Tal herança (“naturalista”) revela-se presente até mesmo em um significativo setor da psicologia que se denomina “Social”. Para Bernardes (1998), trata-se de uma Psicologia Social cujos “princípios básicos nas explicações dos fenômenos sociais são: tratá-los como fenômenos naturais através de métodos experimentais, sendo que seus modelos explicativos nos remetem sempre em última instância, a explicações centradas nos indivíduo” (p. 28).



Esta vertente da Psicologia Social, tradicionalmente, dedicou-se a estudos que buscaram investigar os “processos psicológicos individuais relacionados com estímulos e situações sociais” através de análises quantitativas (na sua maioria experimentais) que problematizavam questões como: agressividade, atração interpessoal, liderança, cooperação, etc., a partir da “verificação de correlações com traços de personalidade” (Krügger, 1986). Em estudos desta natureza, o significado de conhecer confunde-se com medir, quantificar, verificar, correlacionar, sendo que, conforme Fonseca (1998), “o rigor científico é aferido pelo rigor nas medições, passando a ser irrelevante tudo o que não é quantificável” (p. 41).

Na medida em que se apostava na validade destes conhecimentos – porque levariam em conta a dimensão social – a Psicologia ampliou seu campo de inserção e passou a ser valorizada - por alguns segmentos da

sociedade – pela sua efetiva contribuição na solução de problemas e conflitos humanos, principalmente, na escola e no trabalho. Inspiradas na vertente teórica da Psicologia Social oriunda dos Estados Unidos da América, deferentes técnicas de intervenção e manejo “psi” foram desenvolvidas – voltadas às tradicionais “áreas de atuação”: clínica, escolar e organizacional – inaugurando as chamadas “especialidades” atreladas a um “campo de atuação” específico. A divisão da Psicologia em “campos de atuação especializados” acentuou a fragmentação do conhecimento psicológico e, por conseguinte, do seu objeto de estudo, porque motivou o desenvolvimento de um arcabouço teórico e técnico cada vez mais específico e delimitado. Não obstante, mesmo separados, distanciados e fixados nos “campos de atuação específicos” os psicólogos continuaram a desenvolver uma prática adaptacionista e a-crítica por causa da matriz individualizante que está subjacente a qualquer um destes campos.

Entretanto, este modelo teórico e metodológico começou a entrar em colapso, a partir de aumento da pobreza e da miséria da população brasileira, a qual não mais oferecia um perfil de cliente do consultório particular. Na medida em que os “clientes modulares” tronaram-se escassos, os psicólogos viram-se obrigados a voltar sua atenção para um segmento da população que, tradicionalmente, não freqüentava o consultório particular. Desta forma, obrigaram-se a “atender” em espaços que desconheciam e, não tendo submetido suas teorias a uma revisão crítica, acabaram por impor modelos teóricos construídos sob ideários que justificavam a desqualificação dos modos de ser da própria população a qual atendiam (Silva, 1992). Instalou-se assim, a crise na Psicologia. A partir dela, a prática profissional do psicólogo passou a ser alvo de severas críticas e revisões, questionando sua eficácia e adequação frente às questões de ordem social.

Ao indagar-nos sobre “para que serve a Psicologia?”, colocamo-nos frente a questões cruciais relativas ao mundo concreto que não podem mais ser evitadas. A Psicologia, começa a reconhecer a necessidade de revisar sua prática e ampliar sua perspectiva de

análise, abastecendo-se em outras áreas do conhecimento para subsidiar que ultrapasse os limites restritos do consultório particular. Para tal impõe-se, de imediato, revisar-se e romper com o modelo biomédico de atuação, o qual privilegia a prática psicoterápica de consultório, entendendo-a como sinônimo exclusivo de prática clínica. Conforme assinala Silva (1992), “esse fato tem sua explicação na confusão conceitual sobre atuação clínica. A atuação psicoterápica que é apenas um dos braços da clínica é muitas vezes vivenciada, pelos profissionais da área, como sinônimo dela” (p. 31). A origem desta confusão reside no modelo teórico explicativo subjacente, o qual está constituído por um sistema de teorias, de postulados manifestamente biologicista, centrado nos binômios “doença-cura”, “problema-solução” (Fischer, 1998).

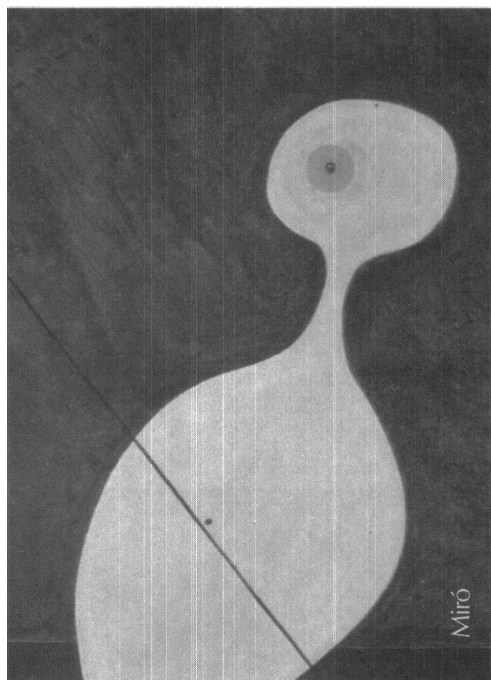
Insisto na necessidade da ruptura com o modelo biomédico, por entendê-lo responsável por culpabilizar o próprio sujeito, pelo sofrimento do qual padece; fazendo acreditar que sua remissão, apenas depende de esforço, determinação, competência, inteligência, perspicácia, etc, isto é: de atributos individuais. Evidentemente, este modelo prima pela competência e habilidade técnica, não se trata aqui de uma crítica quanto a sua eficácia. O que se quer salientar são os seus discutíveis efeitos éticos, na medida em que, orientando e encaminhando o sujeito, no sentido de retomar o “bom” caminho que conduz à “normalidade”, está desrespeitando e desqualificando as formas pelas quais os sujeitos constroem seus modos peculiares de significar o mundo e suas experiências.

Ao apoiar-se no modelo biomédico, o psicólogo fragmenta seu objeto (o sujeito concreto), na medida em que orienta sua análise para “ajudá-lo” a “lidar com seu contexto e nunca com a análise do contexto em si” (Spink, 1992, p. 96) porque ignora a dimensão da produção social dos distúrbios mentais, das inter-relações saúde-doença, bem como dos sutis processos de produção de subjetividade contemporâneos.

A possibilidade da Psicologia vir a constituir um saber e uma prática capaz de apreender

o ser humano em suas situações concretas, nos âmbitos sócio-dinâmico, institucionais e comunitário (Silva, 1992), passa pela visibilidade e assunção da índole política de suas teorias e práticas. Juntamente com Benilton Bezerra Jr (Campos, 1992), entendo que:

...“Ter uma teoria é possuir uma ferramenta, que se presta a certos fins. É possuir um determinado vocabulário que permite fazer descrições do mundo adequadas a certos propósitos. O que significa dizer que toda pretensão epistêmica é uma tomada de

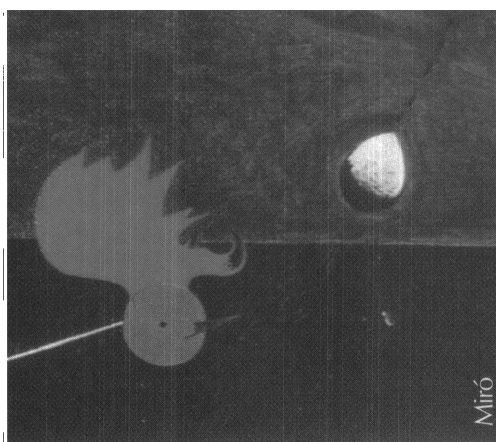


posição ética. Não há conhecimento sem interesse. Não há exercício sem uso de poder. Não há prática sem pressupostos e conseqüências políticas” (p. 09).

Para muitos psicólogos, no entanto, as teorias psicológicas representam o único e “verdadeiro” instrumento de desvendamento da “natureza” do ser humano; elas são a chave para acessar os fenômenos que examinam e representam o parâmetro de referência fundamental através do qual “olham” seu objeto. Idealizando o saber psicológico, muitos psicólogos aplicam-no, com rigor conceitual e metodológico, para obter um conhecimento que será verificado,

quanto a sua pertinência, à luz de uma “teoria” pretensamente “neutra”. No entanto, neste procedimento esquecem, ou desconhecem, que o verdadeiro sentido das teorias é apenas construir um modelo explicativo que torne o mundo inteligível à compreensão humana, a fim de permitir uma intervenção. Questionando o compromisso de neutralidade das práticas “psi”, Maria Helena Patto (in, Azevedo & Menin, 1995) considera “fundamental desiludir os psicólogos a respeito da sociedade em que atuam e da ciência nada isenta que praticam, sobretudo quando lidam com dimensões aparentemente não-políticas da realidade psicossocial” (p. 12).

Entretanto, os psicólogos, fora do espaço do consultório particular, temendo perder a referência da “especificidade”, lidam com situações sociais concretas (na escola ou no trabalho, por exemplo) adotando uma leitura “psicologizante” da realidade, reduzindo-as a explicações individuais e tomando o sujeito – enquanto aparelho mental¹ – como centro da análise, independente das relações que estabelece com o contexto social (Bernardes, 1998).



1 - Concebido como um processador interno de pensamento, raciocínio, afetos, emoções, sentimentos, etc. que até pode ser afetado (de fora para dentro) pela cultura, em sentido amplo, mas nunca por ela constituído.

A Psicologia somente deixará de ser criticada e questionada quando suas formas de intervenção forem, efetivamente, produtivas, no sentido de fornecer recursos para que os sujeitos, ao se submeterem a um processo de revisão e transformação, incluam-se no contexto e assumam-se não apenas como “sujeitos do desejo” mas, principalmente,

enquanto “conquista e reinvenção da cidadania” (Fischer, 1998). Este aprimoramento do homem somente ocorre quando, em um processo de intervenção psicológica – que não se reduz ao processo psicoterápico mas o inclui – são incorporados “ao domínio dos métodos e das técnicas apropriadas, toda a contextualização social necessária” (Silva, 1992, p. 39).

Conseqüentemente, sob tal perspectiva, a clínica não mais se refere à um campo de atuação específico ou a uma modalidade da prática de psicoterapia. O uso do termo “clínica”, passará a designar a especificidade do trabalho do psicólogo, referindo-se a uma forma de olhar os fenômenos que ultrapassa a obviedade dos fatos e vai buscar no oculto, no não-dito, nas entre-linhas, a interpretação intersubjetivamente construída e compartilhada, que confere significado e pertinência à existência concreta.

A especificidade da prática clínica consiste em analisar, nos fatos do cotidiano social, a dimensão das trocas intersubjetivas, compreendendo como se constroem e se articulam os processos coletivos de heteronomia, de lutas, disputas, jogos de poder e processos coletivos de autonomia, solidariedade e criatividade que produzem modos de ser, pensar, sentir e agir, enfim, sensibilidades que se entrelaçam como “um nó em uma extensa rede de inter-relações” (Bonin, 1998) em permanente movimento e mutação.

Para proceder a esta análise, o psicólogo deverá necessariamente, ampliar seu arcabouço teórico, revisar conceitos e, principalmente, romper com a noção de sujeito enquanto uma entidade liberal, autônoma, imanente, independente da cultura. A Psicologia não pode adiar esta revisão, é imperiosa a necessidade de adotar uma concepção de prática clínica que ultrapasse o “setting” psicoterapêutico individual e invada o território das relações sociais buscando visualizar e compreender, nas ações mais simples, toda a complexidade que nelas se esconde. Trata-se de uma forma de olhar que não pretende “simplificar” o complexo mas, compreender a “complexidade” que se oculta por detrás da vida comum e cotidiana (Morin, 1996).

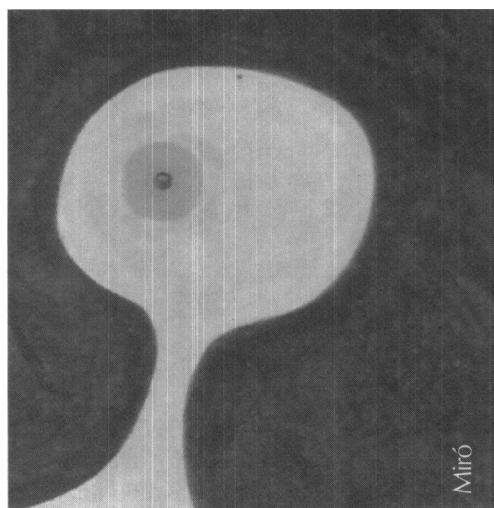
A transformação da realidade social ocorre a partir do embate produzido na articulação do sujeito com sua realidade concreta, nos espaços coletivos, através de trocas intersubjetivas, na produção de significados socialmente compartilhados, capazes de reinventar a existência do homem no mundo. O psicólogo, ao desconhecer este processo, não apenas adapta o sujeito, mas também justifica os mecanismos sociais de exclusão na medida em que “rotula” de “anormais”, aqueles que se diferenciam e se afastam dos parâmetros da norma estabelecida. Torna-se um profissional cuja prática não contribui para a transformação social, mas para a legitimação das desigualdades em favor de uma ordem social injusta e, muitas vezes, perversa.

A Psicologia (e os Psicólogos) Que Queremos

Quando defendemos uma orientação generalista para a formação do psicólogo, pode parecer que se está falando de uma realidade já existente porque a grande maioria dos cursos de formação, no Brasil, considera-se generalista. Este fato constitui argumento suficiente para aqueles que ao defenderem uma orientação fundada no binômio “especialismo”-“habilidades”, acusam o “generalismo” de responsável pela má qualidade (técnica) dos profissionais recém-formados. As deficiências (técnicas) da formação são atribuídas ao (suposto) “modelo generalista” que (supostamente) tem vigorado até hoje. A oposição a este (suposto) modelo, costuma ser expressada, através de argumentos que o acusam de formar um profissional sem preparo técnico suficiente para atuar em nenhum dos três campos. Evidencia-se, neste argumento, mais do que uma confusão conceitual, um grande equívoco a respeito do que se entende por modelo generalista em Psicologia.

Para muitos, generalista é a qualidade de um curso que oferece aos futuros psicólogos uma ampla visão do mercado de trabalho de forma que, ainda na graduação, possam identificar os espaços socialmente instituídos e legitimados para a atuação exclusiva do psicólogo. Outros poderão, ainda, entender que “generalista” diz respeito a uma organização curricular que permita aos

estudantes, conhecer e ampliar as técnicas específicas de cada campo de atuação. Ou seja: ensinar ao estudante de Psicologia como aplicar testes de inteligência, projetivos, etc, para trabalhar em escolas ou no consultório particular, voltados para orientação e tratamento de problemas de aprendizagem. Além disso, propiciando que o estudante aprenda como realizar um processo de recrutamento e seleção de pessoal; que possa conhecer, reconhecer e exercitar técnicas de entrevista individual e grupal,



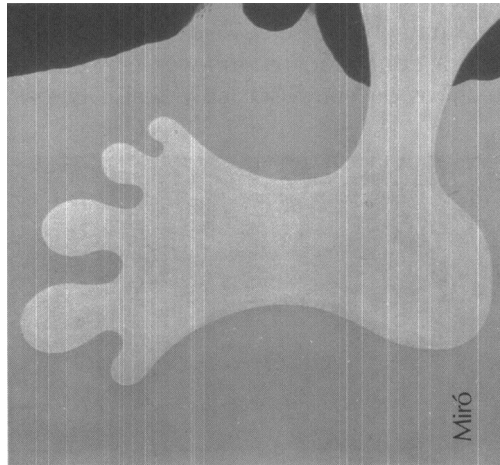
métodos e técnicas de psicodiagnóstico e, principalmente, aprenda a ser um “psicoterapeuta”.

Confusões à parte, penso que se faz necessário neste momento de revisão e debate, reconhecer que, ao contrário do que parece, os cursos de graduação em Psicologia sempre foram “especialistas”. Seguindo a orientação do modelo biomédico, efetivamente, temos preparado profissionais especializados em uma prática de consultório particular. Este, me parece ser o ponto central que deve ser examinado e debatido neste processo de mobilização, para que possamos efetivamente identificar e estabelecer nossas prioridades, enquanto agências de formação de psicólogos.

Neste condicionante reside a possibilidade de fazermos deste momento de indagações, dúvidas, discussões, busca de caminhos, mais do que uma simples alteração de grade curricular. Esta definição é a base para decidirmos sobre conhecimentos relevantes

e irrelevantes, para estabelecermos os parâmetros pelos quais nossas práticas serão orientadas.

Se, desde a divulgação da carta de Serra Negra, passando por diversos Congressos Nacionais e Regionais de Psicologia, chegando



Nesta relação, o sujeito passará a ser concebido enquanto um ser sensível a surpresa, ao inusitado, percebendo as coisas e os seres sob outro ângulo, criador de novidades irreduzíveis, ativador do movimento da história, participante da dinâmica da sociedade enquanto psiqué² e enquanto ser em interação contínua com outros, em grupos e organizações (Enriquez, 1994).

2 - Concebida como lugar de "ações" significativas e significantes.

ao recente Fórum Nacional de Formação, promovido pelo Conselho Federal de Psicologia, em 1997 (Bock, 1998); enquanto categoria, temos defendido a revisão e ampliação de nossa perspectiva de análise e intervenção, incluindo a dimensão histórico-social no universo dos processos psicológicos; devemos encaminhar esta tarefa cumprindo certos requisitos fundamentais para a concretização do "ideal" de produzirmos um profissional crítico e construtor de novas práticas instauradas, a partir da reflexão lúcida a respeito de nossa realidade sócio-cultural.

Para tal, teremos que nos submeter, de imediato, a um processo de "descontaminação" de certos "tabus" que se expressam nas tradicionais prescrições quanto ao "papal" e "perfil" profissional do psicólogo, construídos através de uma prática profissional clássica, sustentadora de atitudes de rechaço a outras "leituras" (e metodologias) por considerá-las "não científicas".

Quanto ao aspecto metodológico, por exemplo, a visão (reduzida e reducionista) de ciência e método científico que, tradicionalmente, inspirou nossa prática; conduz à posturas rígidas e estereotipadas que não abdicam das "certezas" na busca da

"verdade". Precisando estar calcadas em objetividades, adotam dispositivos metodológicos para descrever, quantificar e matematizar a existência humana. No entanto, tais dispositivos produzem conhecimentos e informações que, na prática, se revelam incapazes de promover mudanças substantivas na realidade social e na vida das pessoas.

Para que os futuros psicólogos tornem-se competentes em reconhecer as necessidades de intervenção, impõe-se que saibam compreender como os homens constroem e representam seu universo simbólico o qual não constitui uma imanência, mas uma construção histórico-social peculiar.

Neste empreendimento impõe-se, entre outras tantas condições, aceitar que esta compreensão somente será alcançada, mediante a adoção de procedimentos metodológicos que não os dissociem da intervenção. Ou seja: para compreender deve-se intervir e, ao intervir produzimos compreensão. Esta prática, inevitavelmente, exigirá a desconstrução do ideal de distanciamento e neutralidade como requisito de validade do conhecimento produzido; bem como introduz a necessidade de auto-inclusão do investigador no processo alvo da investigação.

De acordo com Titttoni & Jacques (1998), "assim a pesquisa será pensada como uma estratégia para a produção do conhecimento científico, possuindo um aspecto técnico (...) e outro aspecto ético, que aponta para a relação dos pesquisadores com a sociedade" (p. 74). Assumindo este pressuposto, a atividade de pesquisa será incorporada ao "que-fazer" cotidiano do psicólogo e alterará a sua forma de conceber e praticar a profissão. Este estará fundada tanto em uma nova concepção de natureza humana quanto da relação indivíduo-sociedade.

Nesta relação, o sujeito passará a ser concebido enquanto um ser sensível a surpresa, ao inusitado, percebendo as coisas e os seres sob outro ângulo, criador de novidades irreduzíveis, ativador do movimento da história, participante da dinâmica da sociedade enquanto psiqué² e enquanto ser em interação contínua com outros, em grupos e organizações (Enriquez, 1994).

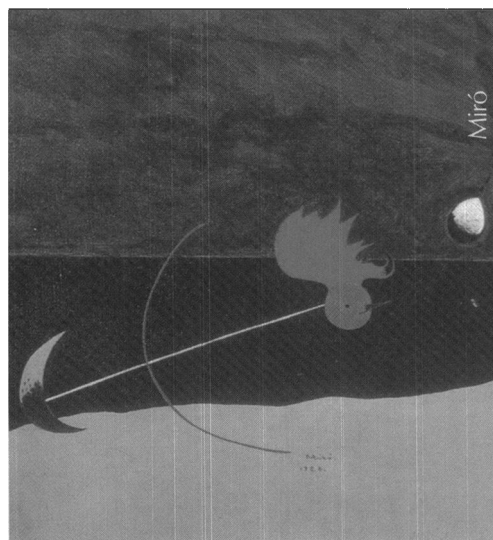
Nesta nova concepção, o sujeito assume um caráter dinâmico e plástico – considerado inerente à existência humana – que nasce no interior de uma cultura (que lhe é anterior), sofre a ação de imputação de “desígnios” dos quais não pode evitar. Tal sujeito “só existe e só pode funcionar no interior de um social dado, de uma cultura particular que desenvolve suas significações imaginárias específicas e que lhe dita, em parte, sua conduta” (Enriquez, 1994, p. 25). Deste processo de produção cultural (e social) de sujeitos³, emerge o objeto de estudo da psicologia: um ser concreto, histórico, trazendo em sua bagagem imprecisões, flutuações, indefinições, contradições e paradoxos que passarão a ser considerados não mais como doença, mas como contingência inseparável da existência. A adoção desta concepção de sujeito, imediatamente, impõe a revisão dos conceitos normal-patológico a qual, por sua vez, remete à uma nova concepção de saúde mental. Opondo-se ao caráter reducionista presente na concepção de saúde mental, tradicionalmente adotada pela Psicologia⁴, nesta perspectiva, o conceito de normalidade – enquanto indivíduos perfeitamente normais – será substituída por um conceito de saúde que contempla uma aptidão à transgressão, uma confiança no “imaginário radical” (Castoriadis, 1982), enfim, que contém “uma certa anormalidade” (MacDougall apud Enriquez, 1994).

Outro ponto importante na tarefa de redimensionamento da prática do psicólogo, diz respeito ao modelo de sociedade. Se, enquanto psicólogos, continuarmos:

“fazendo nossa aposta em que o mundo humano é regido por leis idênticas àquelas que movem o universo físico, se acreditarmos que a sociedade tem estatuto de coisa e, se aceitamos que o futuro não passa por dentro do que pensamos, do que dizemos (e do que fazemos), em resumo, se não arriscamos tudo na confiança de que a palavra tem um poder criador e transformador, resta-nos então uma única opção: o silêncio.” (Rubem Alves, 1993)

A construção de um novo modelo profissional capaz de romper com a “prática do silêncio”, deverá passar por uma nova forma de

considerar a sociedade. Nesta, a sociedade será concebida como uma rede de significados simbólicos que se produz a partir da ações dos homens e se transforma na mesma velocidade que estes produzem novos significados ou re-interpretam os já existentes. Entendendo a sociedade como produto da ação histórica e da atividade dos homens, poderemos nela intervir em um duplo movimento: de transformação do homem e, ao mesmo tempo, da própria sociedade. Conforme Enriquez (1994):



“Embora exista em toda sociedade, um discurso dominante, esse discurso é modulado diferentemente pelos diversos grupos e classes que compõem essa sociedade e, às vezes, até mesmo se choca, não a um contradiscurso organizado mas, a condutas que se referem a outros valores e hábitos, ignorando soberbamente a ideologia dominante.” (p. 26)

Com isto quero ressaltar que, nesta concepção de sociedade, o foco privilegiado da análise e intervenção do psicólogo passa a ser o espaço da contradição, da emergência do paradoxo, do divergente, do conflito. Neste espaço, o psicólogo poderá intervir e favorecer a instauração de novos parâmetros para as relações sociais concretas, promovendo transformações efetivas que conduzam à promoção da saúde e da dignidade do ser humano.

Tal sujeito “só existe e só pode funcionar no interior de um social dado, de uma cultura particular que desenvolve suas significações imaginárias específicas e que lhe dita, em parte, sua conduta”

(Enriquez, 1994, p. 25).

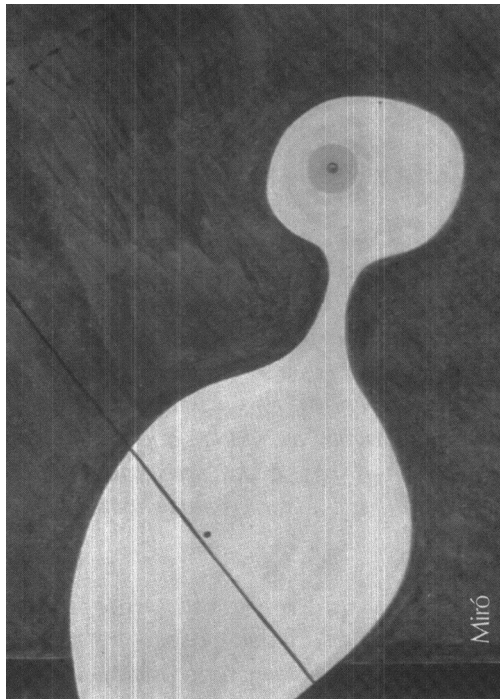
³ - Distingüindo sujeito de indivíduo entendo, juntamente com Enriquez (1994), o indivíduo como alguém conformado que deve funcionar seguindo comportamentos que agradem a sociedade, preso na massificação das identificações coletivas.

⁴ - Conceito elaborado pela OMS que define saúde como um estado de equilíbrio e bem-estar físico, psíquico e social.

Considerações Finais:

Todos nós sabemos que a Psicologia, enquanto área de conhecimento, nasceu sob o signo da diversidade (Figueiredo, 1995). Em vista disto, torna-se oportuno frisar que lidamos com uma multiplicidade de “Psicologia” e não com um corpo único e integrado de conhecimentos, reunido em torno de um conjunto de axiomáticas inter-relacionadas e complementares. Conseqüentemente, esta marca não poderia deixar de estar presente no interior dos cursos de formação do psicólogo.

Não obstante, entre todas estas “Psicologias”, algumas conquistaram espaço e reconhecimento acadêmico – porque consideradas “científicas” - desenvolvendo e disseminando teorias e práticas que, apesar das divergências entre si, instituíram um “modus operandi” específico e exclusivo do psicólogo. Especialmente no Brasil, na medida



em que a recém-nascida profissão esforçava-se para ganhar prestígio e reconhecimento no mercado de trabalho, impunha-se a necessidade dos cursos de formação garantirem a qualidade dos profissionais que preparavam. Entretanto, a definição do critério de qualidade adotado pautou-se pelo primo-

ramento técnico especializado, fundamentado no modelo biomédico, instaurando uma formação dentro da perspectiva clínica, visando atuar em consultórios particulares.

Muito embora, outros modelos teóricos e metodológicos tenham-se desenvolvido, certamente, por força do momento político vigente no Brasil, na época da regulamentação da profissão (década de 60); no âmbito dos cursos de formação do psicólogo, o modelo clínico de consultório predominou – e continua predominando. De acordo com Mary Jane Spink (1992):

“É pouco freqüente no treinamento do psicólogo a introdução de temas macrosociais que possibilitem uma discussão das determinações econômico-sociais dos fenômenos psicológicos. A incorporação do social se dá, portanto, de forma reducionista atendo-se muitas vezes a categorias estanques como classe social que, embora permitindo a manipulação estatística das variáveis, não contribuem para a compreensão do social como processo.” (p. 16)

Desta forma, os cursos de graduação em Psicologia foram-se disseminado no Brasil fortemente marcados por um compromisso tácito com o sistema político vigente que, ao ampliar e facilitar a emergência dessa prática profissional, obtinha a cumplicidade dos psicólogos, no sentido de evitar e descaracterizar toda e qualquer tentativa de articulação do psicológico com o social. Esta dissociação “artificial” expressa-se na ênfase tecnicista e reducionista que tem caracterizado o modelo de formação do psicólogo. Esta marca vigorou durante décadas, muito embora, não se oferecendo à visibilidade. Somente a partir da eclosão da crise – anteriormente referida – começou a ser explicitada.

No momento em que somos incitados a preparar um novo modelo de atuação profissional, a lembrança e o registro da história recente da Psicologia, no Brasil, constitui-se oportuna para aqueles que, no interior dos espaços de formação do psicólogo, assumem a responsabilidade de preparar um currículo, realmente, generalista e crítico.

Este deve ser o ponto de partida da longa e árdua caminhada que temos a percorrer: tomarmos consciência daquilo que não mais queremos, daquilo que não mais podemos fazer. É bem verdade que já temos uma referência sobre o que precisamos e queremos fazer: construir um profissional capaz de empreender uma prática pluralista, crítica e transformadora, que saiba reconhecer as demandas de intervenção e propor caminhos que atendam à essas demandas.

No entanto, para alcançar estes propósitos teremos, inevitavelmente, que transitar por

territórios desconhecidos e movediços que, certamente, produzirão rupturas irreparáveis. Entre tantas, destaca-se a necessária e urgente revisão do conceito de saúde mental, da concepção de sujeito, do modelo de sociedade e, conseqüentemente, da concepção de ciência e métodos de investigação que utilizamos. Depois de tudo, teremos ainda que aprender a relativizar nosso saber acadêmico frente ao saber empírico, a fim de estabelecermos um diálogo produtivo com os sujeitos concretos. Estes, sim, verdadeiros agentes de transformações na realidade sócio-econômico-político e cultural.

Eliana Perez Gonçalves de Moura

Rua Carlos Gomes, nº 639 - Jardim - Pelotas/RS
CEP 96055-450 Fone: 0**532 23.21.18
E-mail: eliana@conesul.com.br

Alves, R. (1993). *Conversas com quem gosta de ensinar*. São Paulo: Cortez, 27ª ed.

Azevedo, M. A. & Menin, M. S. (orgs) (1995). *Psicologia e política: reflexões sobre possibilidades e dificuldades deste encontro*. São Paulo: Cortez/Fapesp.

Bernardes, J. S. (1998). História. Em Strey, M. et. al, *Psicologia Social Contemporânea: livro-texto*. (pp. 19-35). Petrópolis: Vozes.

Bezerra Jr., B. (1992). Prefácio. Em Campos, F. C. B. (org), *Psicologia e Saúde: repensando práticas*. (pp. 9-10). São Paulo: Hucitec.

Bock, A. M. B. (1998). *Diretrizes curriculares: quem vai decidir sobre a Psicologia?* Em <http://www.universopsi.inf.br/pain4.html>.

Bonin, L. F. R. (1989). Indivíduo, cultura e sociedade. Em Strey, M. et. al, *Psicologia Social Contemporânea: livro-texto*. (p.p. 58-72). Petrópolis: Vozes.

Castoriadis, C. (1982). *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª ed.

Enriquez, E. (1994). *O papel do sujeito humano na dinâmica social*. Em Levy, André et. al, *Psicossociologia: análise e intervenção*. (pp. 24-40). Petrópolis: Vozes.

Figueiredo, L. C. (1995). *Revisitando as Psicologias: da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos*. São Paulo: Vozes-Educ.

Fischer, F. B. (1998). Esclarecimentos sobre Psicologia Comunitária. *Jornal Universo Psi*. Nº 4, julho.

Fonseca, T. M. G. (1998). Epistemologia. Em Strey, M. et. al, *Psicologia Social Contemporânea: livro-texto*. (pp. 36-48). Petrópolis: Vozes.

Krüger, H. (1986). *Introdução à Psicologia Social*. São Paulo: EPU, col Temas Básicos de Psicologia, vol. 12.

Morin, E. (1996). A noção de sujeito. Em Friednschitman, D. (org). *Novos Paradigmas, cultura e subjetividade*. (pp. 45-56). Porto Alegre: Artes Médicas.

Silva, R. C. da (1992). A formação em Psicologia para o trabalho na saúde pública. Em Campos, Florianita C. B. (org). *Psicologia e Saúde: repensando práticas*. (pp. 25-40). São Paulo: Hucitec.

Spink, M. J. (1992). Psicologia da saúde: a estruturação de um novo campo de saber. Em Campos, Florianita C. B. (org). *Psicologia e Saúde: repensando práticas*. (pp. 11-23). São Paulo: Hucitec.

Spink, P. (1992). Saúde mental e trabalho: o bloqueio de uma prática acessível. Em Campos, Florianita C. B. (org). *Psicologia e Saúde: repensando práticas*. (pp. 91-102). São Paulo: Hucitec.

Tittoni, J. & Jacques, M. G. (1998). Pesquisa. Em Strey, M. et. al, *Psicologia Social Contemporânea: livro-texto*. (pp. 73-85). Petrópolis: Vozes.

Referências bibliográficas